

Contribuições setoriais para o Desenvolvimento Regional

O SISTEMA FINANCEIRO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

#### **Dina Ferreira**

Instituto Financeiro Desenvolvimento Regional, IP

20 março 2013 Brasília





#### **AGENDA**

- 1. Apresentação
- 2. A Politica de Coesão
- 3. A Evolução da intervenção dos Fundos
- 4. Sistema de financiamento
- 5. Visão global para o próximo período de programação







### Missão

Dar execução à política de desenvolvimento regional, através da coordenação financeira dos fundos estruturais comunitários e do Fundo de Coesão.









## Principais funções

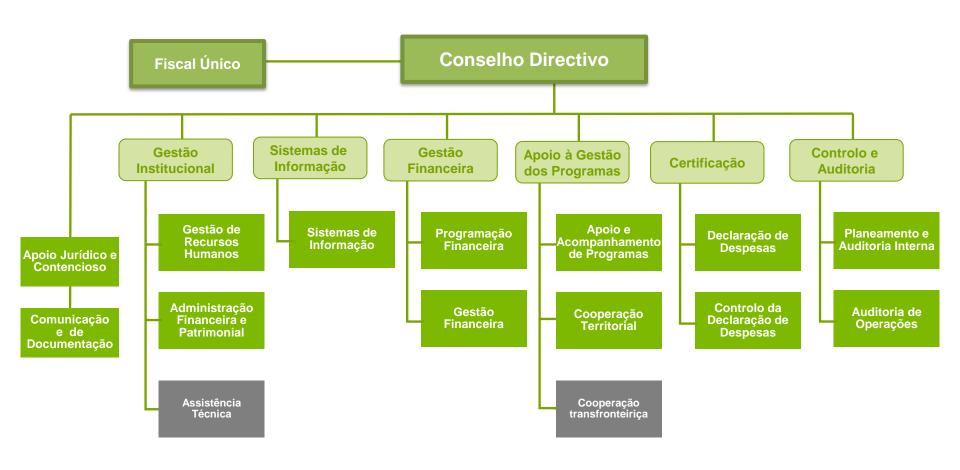
- Coordenação Financeira e Operacional FEDER e Fundo de Coesão
  - Interlocução nacional com a Comissão Europeia
    - Autoridade de Certificação
- Entidade Pagadora junto dos beneficiários e dos organismos intermédios
  - Controlo das operações







#### Estrutura do IFDR





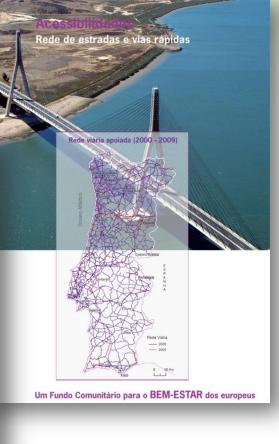






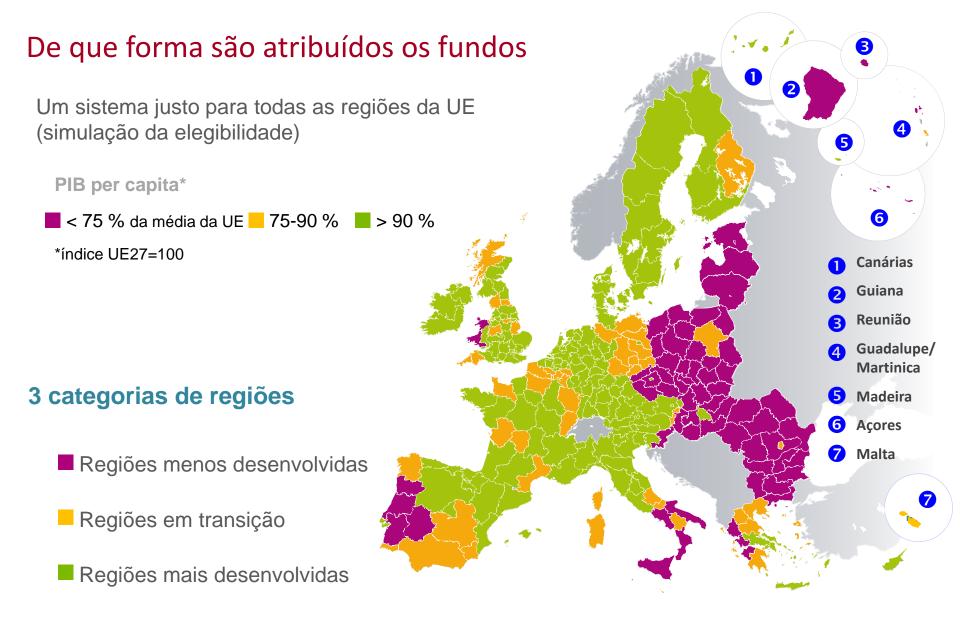
## A Politica de Coesão

















### Cobertura Geográfica em PT

#### TRÊS CATEGORIAS DE REGIÕES

 Regiões menos desenvolvidas (PIB per capita < 75% média UE)</li>

### NORTE, CENTRO, ALENTEJO e AÇORES

Regiões em transição
 (PIB per capita entre 75% e 90%)

#### **ALGARVE**

 Regiões mais desenvolvidas (PIB per capita > 90%)

#### LISBOA e MADEIRA

A nova categoria de regiões em transição substitui as regiões em apoio transitório (phasing-out e phasing-in)







## A Evolução da intervenção dos Fundos









### A Evolução da intervenção dos Fundos

Desde a Adesão à CE, em Janeiro de 1986, Portugal beneficiou, tal como os outros Estados-membro, destes instrumentos de cofinanciamento que em conjunto com os investimentos nacionais, públicos e privados, se tornaram num apoio decisivo para várias ações de desenvolvimento, que doutra forma não seriam possíveis.

Regulamentação anterior - 1986-1988

**QCA I** - 1989-1993

**QCA II** - 1994-1999

**QCA III - 2000-2006** 

**QREN** – 2007-2013





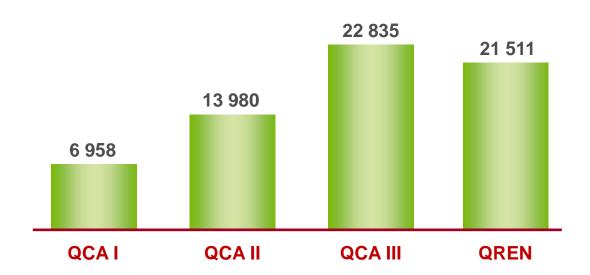


## A Evolução da intervenção dos Fundos

#### **Fundos Estruturais**

#### 27 anos de integração

(Milhões de Euros)



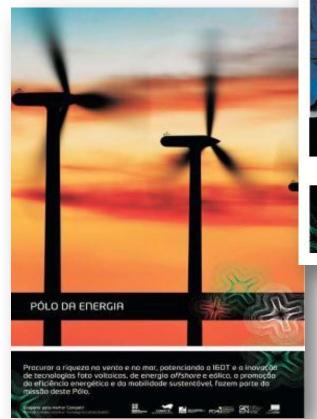


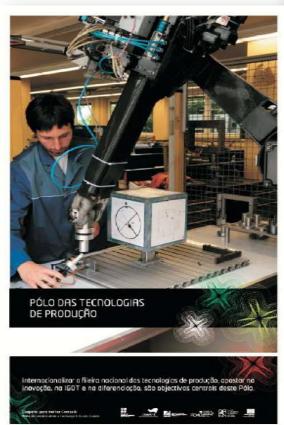


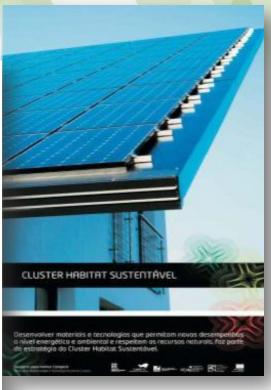


O Quadro de referência

estratégica nacional













## O QREN Montantes Fundo

Objetivo CONVERGÊNCIA

	Fundo	TOTAL
Fatores Competitividade	FEDER	3.104
Potencial Humano	FSE	5.937
Valorização do Território	FEDER + FC	4.659
	FEDER	1.599
	FC	3.060
Regional Norte	FEDER	2.712
Regional Centro	FEDER	1.702
Regional Alentejo	FEDER	869
Regional Algarve	FEDER	175
Regional Açores	FEDER	966
Regional Açores	FSE	190
Assistência Técnica	FEDER	82
Assistência Técnica	FSE	78
TOTAL (milhões de euros)	FEDER	11.208
	CF	3.060
	FSE	6.205
	FUNDOS	20.473

# O QREN Montantes Fundo

		Fundo	TOTAL
Objetivo COMPETITIVIDADE E EMPREGO	Potencial Humano	FSE	180
	Regional Lisboa	FEDER	307
	Regional Madeira	FEDER	321
	Regional Madeira	FSE	125
	Assistência Técnica	FEDER	4
	Assistência Técnica	FSE	2
	TOTAL (milhões de euros)	FEDER	631
	(milnoes de euros)	FSE	308
		<b>FUNDOS</b>	939
Objetivo COOPERAÇÃO TERRITORIAL	Cooperação Territorial Europeia	FEDER	99
		FEDER	11.938
	TOTAL (milhões de euros)	CF	3.060
	(milnoes de euros)	FSE	6.512
		FUNDOS	21.511

#### O QREN

### Despesas públicas programadas

### **Programas Temáticos**

Despesa Pública → 1	9	155	milhões €
---------------------	---	-----	-----------

% dos Fundos  $\longrightarrow$  65%

## **Programas Regionais**

Despesa Pública → 9 729 milhões €

% dos Fundos  $\longrightarrow$  34%







#### **QREN Agendas Operacionais Temáticas**

Potencial Humano 40%

Fatores de Competitividade 29%

Valorização do Território 30%

11% Outros

7% Cidadania Des Social

9% Formação Avançada

22% Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida

> 24% Qualificação Inicial

27%
Infraestruturas
de Rede Social

3% Outros

7% Infraestrut competitiv

**8%** Ações coletivas

7% Custos Públic Contex

7% Engenharia Financ.

8% Conhecimento & DT

64%
Inovação e
Renovação do
Modelo
Empresarial

2% Outros

11% Recursos Naturais e Tecnol

17% Política de cidades

17% Equipamentos para a Coesão

25% Proteção e Valorização do Ambiente

27%
Acessibilidades
e Mobilidade









#### Tipo de ajudas

As ajudas são em regra:

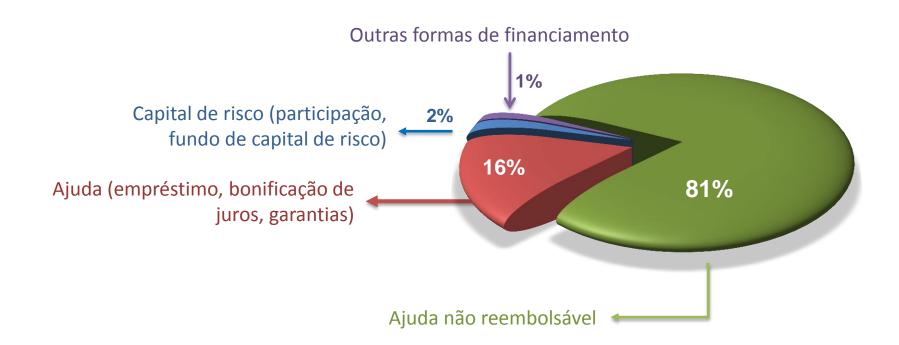
- não reembolsável
- reembolsável (empréstimo)
- bonificação de juros de empréstimos
- capital de risco (garantia, participação em capital)







Fundo Aprovado por Modalidade de Financiamento









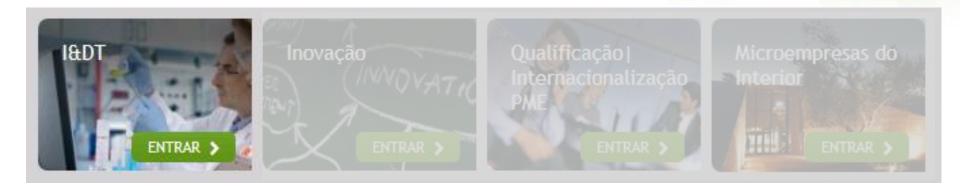
#### Ajudas às empresas - Sistemas de Incentivos

Balcão Único

#### http://www.incentivos.gren.pt/



## Sistema de financiamento Sistemas de Incentivos



Investir na Investigação e Desenvolvimento, com vista a obter novos produtos, serviços ou processos, economicamente viáveis,

Aposta em **Projetos de investigação e desenvolvimento tecnológico (I&DT)** e de demonstração tecnológica, individuais ou em co-promoção liderados por empresas ou, no caso de projetos de **I&DT Coletiva**, promovidos por associações empresariais, representando os interesses e necessidades de um conjunto significativo de empresas.

Intervém igualmente, ao nível da capacitação e reforço de competências internas de I&DT e da valorização de resultados de I&DT junto das empresas.







## Sistema de financiamento Sistemas de Incentivos



Estimular o investimento em **inovação**: produção de novos bens e serviços no país ou "up-grading" significativo da produção atual através da transferência e aplicação de conhecimento ou de inovações organizacionais, bem como a expansão de capacidades de produção em sectores de conteúdo tecnológico ou com procuras internacionais dinâmicas.

Privilegiado o apoio a projetos de investimento com forte intensidade inovadora e de natureza estruturante (com efeito de demonstração e arrastamento no tecido económico).







## Sistema de financiamento Sistemas de Incentivos



Apoiar projetos de investimento promovidos por empresas, a título individual ou em cooperação, bem como por entidades públicas, associações empresariais ou entidades do Sistema Cientifico e Tecnológico (SCT) direcionados para a intervenção nas PME, tendo em vista a inovação, modernização e internacionalização, através da utilização de fatores dinâmicos da competitividade.







## Sistema de financiamento Sistemas de Incentivos



Criado com o objetivo de apoiar exclusivamente as microempresas já existentes, situadas em territórios de baixa densidade com problemas de interioridade, enquanto territórios com menores oportunidades de desenvolvimento, o SIALM - Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas, atua de forma integrada, apoiando a realização de investimento e a criação líquida de postos de trabalho.









Os instrumentos de engenharia financeira assumem diferentes naturezas:

Instrumentos de reforço de capital próprio, designadamente fundos de capital de risco, fundos de sindicação de capital de risco, fundos de participação em outros fundos de capital de risco, incluindo a Linha de Financiamento a Investidores em Capital de Risco – *Business Angels*;

Instrumentos de reforço de capital alheio, designadamente fundo de contragarantia mútuo, fundo de garantia para titularização de créditos, constituição ou reforço de linhas de crédito especiais, mecanismos de garantias de financiamento.







#### Financiamento e Partilha de risco



<sup>\*</sup> Sob a forma de empréstimos, garantias ou outras formas de investimentos reembolsáveis









#### Financiamento e garantias

As Linhas de Crédito têm como objetivo facilitar o acesso das PME ao crédito bancário, nomeadamente através:

- da bonificação de taxas de juro
- da redução do risco das operações bancárias através do recurso aos mecanismos de garantia do Sistema Nacional de Garantia Mútua.

Quase 17% das cerca de 350 mil micro, pequenas e médias empresas portuguesas são mutualistas e usufruíram já da garantia mútua nos seus negócios.

 EFEITOS MULTIPLICADORES DOS CERCA DE 850 MILHÕES DE EUROS DE INVESTIMENTO PÚBLICO NO SISTEMA DE GARANTIA MÚTUA







#### O papel da banca







Montepio: linhas de crédito ajudam empresas a atingir equilíbrio



Banif destaca ligação à Madeira e aos Açores



CGD: aposta na internacionalização e no capital de risco



BES: apoio ao tecido empresarial português



BPI entra em Angola com várias propostas para empresas



Os Fundos de Capital de Risco (FCR) são particularmente vocacionados para o apoio a PME em fases iniciais do ciclo de vida e a projetos de investimento com forte cariz inovador.

O apoio dos FCR às PME faz-se através de intervenções de capital, considerando-se como tal a aquisição, por período de tempo limitado, de participações de capital de empresas, com vista à sua valorização para posterior alienação, bem como a realização de suprimentos e/ou prestações acessórias de capital, a essas mesmas empresas.









### Áreas de intervenção dos FCR

- (10) Inovação e Internacionalização apoiar projetos para que as PME desenvolvam estratégias de inovação, crescimento, modernização e internacionalização;
- (2) Corporate Venture Capital financiar projetos de criação de novas unidades a partir de empresas ou grupos de base tecnológica existentes;
- (4) Early Stages financiar projetos de investimento com carácter inovador ou diferenciador para PME com atividade económica até 3 anos;
- (3) Pré-Seed financiar projetos com elevado risco envolvido e conteúdo tecnológico relevante na fase de prova de conceito tecnológico.



#### **Business angels**

Objetivo: contribuir para que as PME invistam capital e conhecimento, desenvolvam estratégias de inovação, crescimento e internacionalização.

Financiamento através de reforço de capital da empresa.

É dinamizado através de 52 sociedades de Business Angels

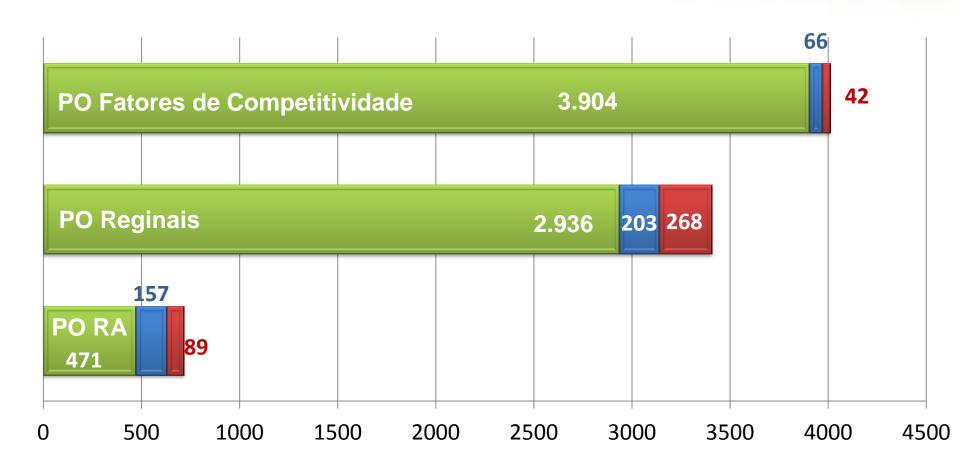
As empresas que poderão ser beneficiárias deverão encontrar-se em fase de constituição ou arranque, não devendo ter mais de três exercícios económicos







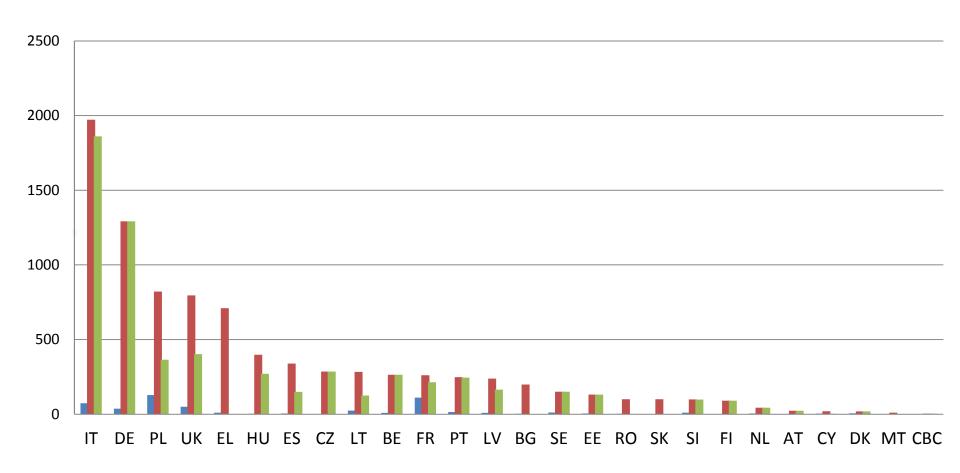
### Empresas apoiadas



- Não "start-up"
- "start-up" outros sectores
- "start-up" em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia

Apoio às empresas nos Sistemas de Incentivos por sector de atividade 44% Industrias transformadoras 2% Outras atividades de serviços 1% Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição 1% Industrias extrativas 1% Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas 2% Atividades administ. dos serviços de apoio 🕳 SI por **4%** Construção **Atividade** (%) **6%** Alojamento, restauração e similares 10% Atividades de informação e de comunicação ◆ 14% Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares. 15% Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos

# Sistema de financiamento Aggregated data in relation to FEIs for enterprises (2011)



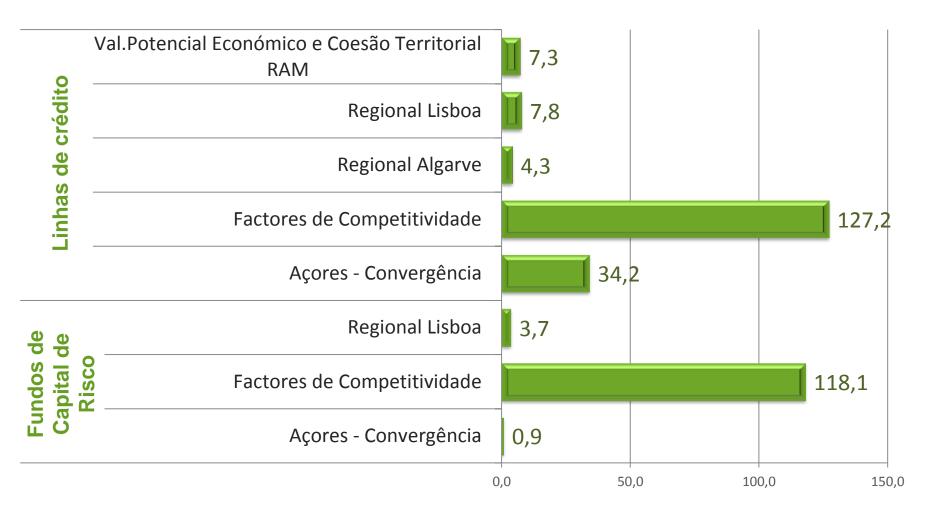






## Fundo Aprovado ao abrigo de mecanismos de engenharia financeira

Dados a 31-11-2012 (milhões de euros)









#### Financiamento e Partilha de risco

INICIATIVA JESSICA



Reabilitação e regeneração urbana, incluindo regeneração de equipamentos e infraestruturas urbanas:

- Eficiência energética e energias renováveis;
- Revitalização da economia urbana, especialmente PME e empresas inovadoras;
- Disseminação das tecnologias de informação e da comunicação em áreas urbanas, incluindo redes de banda larga e sem fios.







## Sistema de financiamento Financiamento e Partilha de risco INICIATIVA JESSICA



FDU	Programas Operacionais Regionais		FEDER
BPI	PO Norte		30
	PO Alentejo		10
		Total	40
CGD	PO Norte		15
	PO Centro		28,8
	PO Alentejo		6.2
		Total	50
TdP	PO Lisboa		5
	PO Algarve		5
		Total	10
TOTAL			100 M€

PO4





# Sistema de financiamento Financiamento e Partilha de risco

#### **EMPRÉSTIMO QUADRO DO BEI**



Financiamento da contrapartida nacional a projectos QREN

## Beneficiários

Administração Central, Regional e Local Instituições de ensino superior e centros de I&D Sectores empresariais do Estado, Regional e Autárquico Empresas concessionárias de serviço público Pessoas colectivas de direito privado sem fins lucrativos







# Sistema de financiamento Financiamento e Partilha de risco

### l'inanciamento

 Não pode exceder 50 % do custo total aprovado para operação.  Em conjunto com o co-financiamento FEDER ou Fundo de Coesão, não pode exceder 90 % do custo total aprovado para operação.

 Não pode exceder o valor do custo total previsto na decisão de aprovação do co-financiamento da operação, deduzido do valor do co-financiamento e das componentes não elegíveis a financiamento pelo BEI no âmbito do EQ, identificadas no Anexo 2 do Despacho n.º 6572/2011, de 26/04/2011.  Deve ser compatível com as obrigações orçamentais, a que a entidade interessada esteja sujeita, designadamente a sujeição a limites de endividamento.

 Têm de ser prestadas adequadas garantias de cumprimento das obrigações decorrentes do financiamento reembolsável.

#### Sistema de financiamento

#### Financiamento e Partilha de risco



## Taxa de Juro

A taxa de juro aplicável, em cada semestre, é igual à taxa aplicada à República Portuguesa no âmbito do QREN EQ, acrescida de uma margem de 20 pontos base. No âmbito da primeira *tranche*, a taxa de juro dos financiamentos aprovados é de 3,901%.

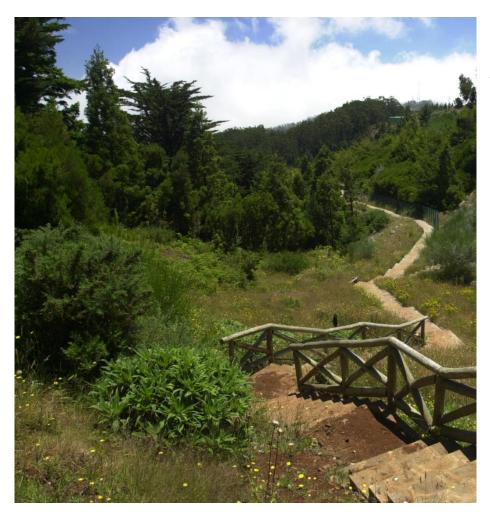
## Prazo

O financiamento é concedido pelo prazo que seja fixado no contrato, a celebrar entre o IFDR e o beneficiário, em função da tipologia da operação, com um limite máximo de 15 anos.















### Visão global para o próximo período de programação Principais aspetos

#### Reforçar a eficácia e a performance

Enfoque temático das intervenções e ênfase nos resultados

Indicadores, relatórios, monitorização e avaliação comuns e específicos a programas







## Visão global para o próximo período de programação Um menu de objetivos temáticos

Investigação e inovação

- Tecnologias da informação e da comunicação (TIC)
- Competitividade das Pequenas e Médias Empresas (PME)

Transição para uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono

- Gestão e prevenção de riscos e adaptação às alterações climáticas
- Protecção do ambiente e eficiência na utilização dos recursos
- Transporte sustentável e remoção de pontos de estrangulamento nas principais infra-estruturas da rede

- Emprego e apoio à mobilidade laboral
- Inclusão social e combate à pobreza
- Educação, competências e aprendizagem ao longo da vida
- Reforço da capacidade institucional e administrações públicas eficientes

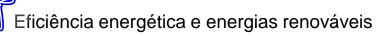








#### Concentração de investimentos - o caso do FEDER

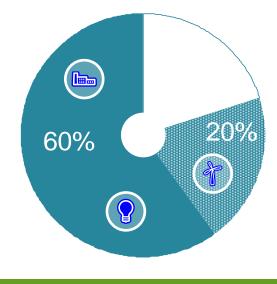




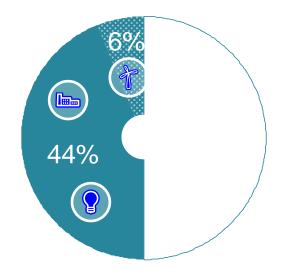
Investigação e inovação



Competitividade das PME



Mais desenvolvimento e regiões em transição



Regiões menos desenvolvidas

Tónica em instrumentos financeiros







# As lições da experiência – condições-chave para uma aplicação mais eficaz dos fundos comunitários

- Coerência e continuidade nos objetivos estratégicos de médio prazo e compromisso político na concentração nas prioridades definidas;
- Escrutínio rigoroso sobre a fundamentação das intervenções financiadas e avaliação de resultados;
- Valorização de estratégias integradas na resposta a problemas multidimensionais;
- Flexibilidade da programação operacional face à evolução da conjuntura económica e social;
- Equilíbrio entre desburocratização/simplificação com garantia de segurança e transparência na gestão de recursos públicos.







#### Alinhamento das Orientações nacionais e da UE

#### **Prioridades PT**

Estímulo à produção de serviços transacionáveis e à internacionalização da economia

#### Objetivos temáticos do Quadro Estratégico Europeu

Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação

Aumentar a acessibilidade, a utilização e a qualidade das TIC

Reforçar a competitividade das PME

Fomentar transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais infraestruturas de rede







Alinhamento das Orientações nacionais e da UE

**Prioridades PT** 

Objetivos temáticos do Quadro Estratégico Europeu

Reforço do investimento na educação, incluindo a formação avançada, e na formação profissional

Investir na educação, competências e aprendizagem ao longo da vida

Reforço da integração das pessoas em risco de pobreza e do combate à exclusão social

Promover o emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores

Promover a inclusão social e combater a pobreza







#### Alinhamento das Orientações nacionais e da UE

#### **Prioridades PT**

Quadro Estratégico Europeu

Prossecução dos instrumentos de promoção da coesão e competitividade territoriais

Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores

Objetivos temáticos do

Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos

Proteger o ambiente e promover a eficiência de recursos

Apoio ao programa de reforma do Estado

Aumentar a capacidade institucional e a eficiência da administração pública







### Obrigada pela vossa atenção



www.ifdr.pt



planeadas para esta semana de 5 a 9 de março de 2012.



